26º ENANCIB
Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação
A Amazônia na sociedade global em rede: assimetrias e potencialidades informacionais, tecnológicas e ambientais
Belém, Pará, 09 a 13 de novembro de 2026
Universidade Federal do Pará

XXVI ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - XXVI ENANCIB

ISSN 2177-3688

GT 2 – Organização e Representação do Conhecimento

TERMOS NOVOS EM POLÍTICAS DE INDEXAÇÃO DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS

NEW TERMS IN THE INDEXING POLICIES OF UNIVERSITY LIBRARIES

Lucimar de Oliveira – Universidade Federal do Paraná (UFPR)
Luciano Heitor Gallegos Marin – Universidade Federal do Paraná (UFPR)

Modalidade: Resumo Expandido

Resumo: Este estudo teve como objetivo identificar como as políticas de indexação de bibliotecas universitárias abordam o tratamento de termos novos, considerando os procedimentos indicados e a organização das orientações nos documentos. No contexto das bibliotecas universitárias analisadas, considera-se termo novo aquele necessário à indexação, mas que não encontra-se representado no vocabulário institucional nem nas demais fontes externas consultadas. Realizou-se uma pesquisa qualitativa, exploratória, documental e bibliográfica, mediante a análise de onze políticas disponíveis em acesso aberto. Os resultados evidenciam três níveis de explicitação: quatro políticas formalizam processos de solicitação, análise e inclusão, com instrumentos e responsáveis definidos; seis apresentam orientações parciais, não articuladas em um fluxo completo; e uma não apresenta orientação específica. Foram ainda identificadas diferentes denominações e formas de organização das orientações. Conclui-se que o tratamento de termos novos ocorre de maneira heterogênea, refletindo distintas estratégias de gestão terminológica. Como contribuição, o estudo sistematiza elementos do tratamento de termos novos que podem subsidiar a elaboração e a revisão de políticas de indexação e as práticas de gestão terminológica em bibliotecas universitárias.
Palavras-chave: representação do conhecimento; políticas de indexação; vocabulário controlado; gestão terminológica; termos novos.

Abstract: This study aimed to identify how university library indexing policies address the treatment of new terms, considering the procedures prescribed and the organization of the guidelines in the documents. In the context of the university libraries analyzed, a new term is defined as one that is needed for indexing but is not represented in the institutional vocabulary or in any of the external sources consulted. A qualitative, exploratory, documentary, and bibliographic study was conducted through the analysis of eleven policies available through open access. The results reveal three levels of explicitness: four policies formalize procedures for proposing, analyzing, and including new terms, with defined instruments and responsible parties; six provide partial guidelines that are not organized into

a complete workflow; and one provides no specific guidelines. Different designations and ways of organizing the guidelines were also identified. The treatment of new terms is therefore heterogeneous, reflecting different terminology management strategies. As a contribution, the study systematizes elements involved in the treatment of new terms that can support the development and revision of indexing policies and terminology management practices in university libraries.
Keywords: knowledge representation; indexing policies; controlled vocabulary; terminology management; new terms.

1 INTRODUÇÃO

No contexto das bibliotecas universitárias, a organização da informação envolve sua representação descritiva e temática. Este estudo concentra-se na representação temática da informação, realizada por meio da indexação e com o uso de linguagens documentárias.

Essas linguagens precisam acompanhar as transformações nos campos do conhecimento. A evolução científica e tecnológica e as mudanças sociais, políticas e econômicas podem resultar no surgimento de conceitos ou de novas denominações para conceitos existentes. A evolução das ciências, portanto, relaciona-se ao surgimento e à transformação de seus termos (Benveniste, 1989, p. 252).

Durante a indexação, o bibliotecário identifica os conceitos presentes no documento e os representa por termos da linguagem adotada pela instituição. Entretanto, nem sempre o termo necessário se encontra representado no vocabulário institucional nem nas demais fontes externas consultadas. Nessa situação, sua possível inclusão envolve análise conceitual, consulta a fontes especializadas, verificação da forma e das relações do termo, validação e registro da decisão.

Embora esses procedimentos sejam necessários à atualização dos vocabulários, nem sempre estão claramente explicitados nas políticas de indexação. A ausência de orientações sobre como proceder pode favorecer diferentes interpretações e encaminhamentos, comprometendo a padronização das práticas e a consistência da representação temática. Além disso, ainda são escassos os estudos que abordam especificamente a identificação, a análise, a autorização e a inclusão de termos novos em vocabulários institucionais de bibliotecas universitárias.

Diante dessa lacuna, apresenta-se a seguinte questão: como as políticas de indexação de bibliotecas universitárias orientam o tratamento de termos novos necessários à

representação temática? Com base nessa questão, definiu-se como objetivo identificar como políticas de indexação abordam o tratamento de termos novos, considerando os procedimentos indicados e a organização das orientações nos documentos. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de natureza exploratória e de caráter documental e bibliográfico, cujo corpus documental é constituído por políticas de indexação de bibliotecas universitárias públicas brasileiras.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

No âmbito da Ciência da Informação, a Organização do Conhecimento manifesta-se por meio de atividades de representação, como descrição, indexação e classificação. Essas atividades integram o Tratamento Temático da Informação, voltado à análise e à representação do conteúdo dos documentos para sua recuperação (Guimarães; Ferreira; Freitas, 2011). Entre as atividades que compõem o TTI destaca-se a indexação, responsável pela identificação dos conceitos presentes nos documentos e sua representação por meio de linguagens documentárias (Fujita; Santos, 2016). Para Lancaster (2004, p. 9, 21), a indexação envolve duas etapas principais: a análise conceitual, que consiste em determinar de que trata o documento, identificando os assuntos que podem interessar aos usuários; e a tradução, que consiste em representar o resultado da análise conceitual por meio de termos retirados de um vocabulário, como tesauros, listas de cabeçalhos de assunto ou esquemas de classificação. O assunto corresponde ao tema do documento (Cunha; Cavalcanti, 2008, p. 35), enquanto o conceito é uma unidade de pensamento independente de sua designação (National Information Standards Organization, 2010, p. 4). Conceito e termo não são equivalentes: o primeiro corresponde ao conteúdo e o segundo, à expressão linguística que o designa (Barros, 2025, p. 124).

As linguagens documentárias ou de indexação são sistemas formais constituídos por signos e regras destinados à representação dos conceitos expressos na linguagem natural. Os vocabulários controlados, por sua vez, correspondem a conjuntos organizados de termos, cabeçalhos ou códigos que representam conceitos. Embora essas denominações sejam utilizadas em parte da literatura, os conceitos a elas subjacentes não são idênticos (Almeida, 2021; Silva; Brito, 2018). Os vocabulários controlados são constituídos por termos autorizados e, geralmente, por uma estrutura semântica destinada a controlar sinônimos, diferenciar homógrafos e relacionar termos hierárquica ou associativamente (Lancaster, 2004, p. 19). Esses instrumentos reduzem a diversidade, a ambiguidade terminológica e as variações na escolha

dos termos, favorecendo a consistência da indexação e a recuperação da informação (Fujita, 2021, p. 18).

Associado a esses instrumentos, o controle de autoridade contribui para a consistência dos pontos de acesso mediante o estabelecimento e a aplicação uniforme de formas autorizadas para assuntos, nomes e outras entidades, registradas em catálogos de autoridade ou arquivos de autoridade (Gunasekera, 2019, p. 57). Embora promovam a padronização, essas formas autorizadas não são estáticas, pois precisam acompanhar as mudanças conceituais e terminológicas verificadas nos diferentes campos do conhecimento.

A evolução das ciências relaciona-se ao surgimento e à transformação de seus termos, que podem designar conceitos novos ou acrescentar uma determinação a noções anteriores (Araújo, 2014, p. 193; Benveniste, 1989, p. 252). Mudanças conceituais e terminológicas, portanto, não são necessariamente simultâneas. Fatores conceituais, linguísticos e socioculturais também podem contribuir para o aparecimento, a reformulação ou a descontinuidade de termos (Almeida, 2023). Em estudo sobre os descritores incorporados ao *Medical Subject Headings* (MeSH) entre 2006 e 2020, os autores verificaram que apenas cerca de 25% correspondiam a conceitos emergentes (Nentidis; Krithara; Tsoumakas; Paliouras, 2021).

Os vocabulários controlados são instrumentos dinâmicos que devem ser revisados para incorporar novos termos, substituir formas obsoletas e atualizar suas relações conceituais (National Information Standards Organization, 2010, p. 96). Em estudos relacionados à atualização de um tesauro, Naumis-Peña *et al.* (2022) identificaram, na literatura da área, novos termos considerados candidatos a descritores. Os autores ressaltam que essa identificação não determ+ina sua inclusão no tesauro, pois os candidatos ainda devem ser analisados para o estabelecimento de equivalências, relações hierárquicas e notas de escopo. Para a proposição de um novo cabeçalho na *Library of Congress Subject Headings* (LCSH), Ferris (2018, p. 20) destaca três requisitos: o conceito deve ser novo e suficientemente distinto daqueles já representados no vocabulário; devem existir obras publicadas sobre o assunto, assegurando a garantia literária; e devem ser apresentadas informações confiáveis que fundamentem sua criação. Além disso, a pesquisa que fundamenta a proposta deve justificar a escolha do termo, suas variantes, seu termo genérico, seu escopo e suas relações com os cabeçalhos existentes (Ferris, 2018, p. 23).

Diante desse cenário, as bibliotecas que mantêm vocabulários controlados institucionais precisam estabelecer procedimentos de gestão terminológica voltados à manutenção e à atualização desses instrumentos. A gestão de linguagens documentárias compreende a sistematização das atividades de manutenção e atualização (Moreira; Boccato, 2013), enquanto a revisão de tesauros envolve aspectos terminológicos, conceituais e gerenciais (Ferreira; Maculan, 2020). Nas bibliotecas universitárias, a gestão terminológica inclui ainda a análise dos termos não encontrados nas linguagens consultadas e sua vinculação às áreas do conhecimento e às relações hierárquicas do vocabulário (Fujita, 2021, p. 23). A formalização dessas atividades requer orientações institucionais que estabeleçam critérios e indiquem como os profissionais devem proceder.

Nesse sentido, as políticas de indexação são instrumentos de gestão constituídos por diretrizes e normas que orientam e padronizam as decisões e os procedimentos de indexação, considerando as características da unidade de informação e as necessidades de seus usuários (Brum; Maculan, 2024). Sua elaboração deve considerar também a cultura organizacional da instituição e as características do sistema de recuperação da informação (Fujita; Santos, 2016, p. 60, 63). Nas bibliotecas universitárias, a linguagem de indexação constitui parte fundamental dessas políticas, em razão de sua função mediadora na representação e na recuperação da informação (Cruz; Fujita, 2021). Ao orientarem o uso e a atualização da linguagem, as políticas de indexação apoiam a gestão terminológica (Fujita, 2021, p. 17), contribuem para a padronização e limitam a adoção de procedimentos individuais diante de situações semelhantes (Fujita; Santos, 2016; Gomes; Lima, 2021).

Nessa perspectiva, compreender como as políticas de indexação orientam a identificação, a análise e a inclusão de termos novos permite verificar em que medida essas políticas apoiam a gestão terminológica nas bibliotecas universitárias.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, de natureza exploratória e de caráter documental e bibliográfico.

A literatura utilizada no referencial teórico foi identificada nas bases *Library, Information Science and Technology Abstracts* (LISTA), Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI), SciELO, Scopus e Web of Science. Apresentam-se, a seguir, as bases e as estratégias de busca utilizadas:

Na base BRAPCI, foram utilizadas as expressões “termos novos”, “descritores novos”, “descritor novo”, “cabeçalho de assunto”, “gestão terminológica”, “vocabulários controlados”, “políticas de indexação”, “políticas de representação temática da informação” e “bibliotecas universitárias”, isoladamente ou combinadas.

Na LISTA, foram empregadas as seguintes combinações: (“new terms” OR “new descriptors” OR “new subject headings” OR “emerging terms” OR “emerging descriptors”); (“new terms” OR “new terminology” OR neologisms OR “emerging terms”) AND (“controlled vocabulary” OR “controlled vocabularies”); e (“new terms” OR “new descriptors” OR “new subject headings” OR “emerging descriptors”) AND (“controlled vocabulary” OR thesaurus OR “subject headings”). Em razão do número reduzido de resultados pertinentes ao tema, não foram aplicados filtros adicionais de refinamento na BRAPCI e na LISTA. Na SciELO, foram utilizados os termos correspondentes em português.

Na Scopus e na Web of Science, por serem bases multidisciplinares, as expressões em inglês relacionadas a termos novos foram combinadas com “controlled vocabulary”, thesaurus, “subject headings”, indexing e “library and information science”, a fim de delimitar os resultados ao domínio da pesquisa.

O levantamento das políticas de indexação teve início com a identificação das universidades públicas brasileiras no portal e-MEC, considerando apenas universidades federais e estaduais. Foram identificadas 101 instituições, que constituíram o universo da pesquisa. Para organizar os dados, elaborou-se uma planilha com as instituições e seus respectivos endereços eletrônicos. Em seguida, foram realizadas buscas nos portais institucionais e nas páginas dos sistemas de bibliotecas para localizar políticas de indexação ou de representação temática da informação.

Para compor o corpus documental, foram adotados como critérios de inclusão: a) políticas relacionadas à indexação ou à representação temática da informação; b) políticas oficialmente vinculadas aos sistemas de bibliotecas investigados; e c) políticas disponíveis integralmente em acesso aberto. Foram excluídos documentos que não se caracterizavam como políticas, não apresentavam vínculo institucional ou não estavam disponíveis integralmente.

Ao final do levantamento, compuseram o corpus as políticas de indexação das bibliotecas da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Universidade Federal de Goiás (UFG), Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade Federal do Rio Grande (FURG), Universidade Federal do Paraná

(UFPR), Universidade Federal do Ceará (UFC), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal do Tocantins (UFT), Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Para sistematizar a análise, elaborou-se uma planilha no Microsoft Excel, na qual foram registradas informações sobre as instituições, o tratamento atribuído aos termos novos, os procedimentos indicados e a organização das orientações nos documentos. Essa sistematização permitiu comparar as políticas e identificar aproximações e diferenças.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Esta seção apresenta e discute os resultados da análise das onze políticas que compõem o corpus. O Quadro 1 sintetiza os resultados e identifica as bibliotecas e suas respectivas instituições.

Quadro 1 - Tratamento de termos novos nas políticas de indexação

Bibliotecas/ Instituições	Síntese do tratamento	Organização das orientações na política analisada
UFSCar, UNESP, UFG, UFF	Processo formalizado de solicitação, análise e inclusão de termos novos.	Tópicos específicos e formulários.
FURG, UFPR	Critérios para análise e padronização das formas dos termos, sem processo completo de inclusão.	Tópicos específicos.
UFRJ, UFT	Orientações para pesquisa e seleção de termos mediante consulta a fontes, sem processo completo de inclusão.	Diferentes tópicos das políticas.
UFAM, UFC	Critérios para análise e estruturação de registros de autoridade, sem processo completo de inclusão.	Orientações distribuídas em diferentes tópicos.
UFSC	Não foram identificadas orientações específicas.	Não foram identificadas orientações específicas.

Fonte: Elaborado pelos autores (2026)

O Quadro 1 mostra a síntese da análise das políticas. Os resultados referem-se às orientações identificadas nesses documentos, considerando que algumas políticas remetem a manuais de procedimentos ou outros instrumentos complementares, nos quais podem estar detalhadas orientações não explicitadas na própria política. As políticas das bibliotecas da

UFSCar, da UNESP, da UFG e da UFF apresentam processos formalizados, nos quais as atividades de solicitação, pesquisa, análise, decisão e registro estão articuladas a instrumentos e responsáveis definidos. As políticas da UFSCar, da UNESP e da UFG empregam a expressão *termo tópico novo* para designar o termo necessário à indexação que não foi encontrado nas fontes adotadas. A política da UFSCar prevê a manutenção de um catálogo local de autoridades, alimentado principalmente pela Biblioteca Nacional (BN) e pela Linguagem UNESP. A política da UNESP também prevê o uso do *Medical Subject Headings* (MeSH), mantido pela National Library of Medicine (NLM). A UFG adota a linguagem da BN como principal referência e prevê a consulta à Library of Congress (LC), enquanto a UFF também utiliza a BN e a LC como fontes para pesquisa de autoridades.

Nessas quatro políticas, os formulários registram o termo proposto, suas variantes, contexto ou definição, fontes consultadas, documento que motivou a solicitação e identificação do solicitante. Alguns formulários incluem ainda equivalentes em outros idiomas, relações semânticas e notas de escopo. Esses instrumentos formalizam a proposta e subsidiam sua análise, a estruturação do registro e a decisão sobre a inclusão.

Nas políticas da FURG e da UFPR, foram identificados critérios para a análise e a padronização das formas dos termos, mas não um processo completo de inclusão. A política da FURG estabelece critérios de precisão e aceitabilidade e prevê o uso de linguagem livre quando não há termo controlado adequado. A política da UFPR, por sua vez, utiliza apenas linguagem controlada e define um padrão mínimo para a criação de novos cabeçalhos de assunto.

As políticas da UFRJ, da UFAM e da UFC atribuem ao indexador a pesquisa do termo e a criação do registro de autoridade. A política da UFT combina linguagem controlada e livre e orienta a verificação e o estabelecimento de relações entre os termos. Nessas quatro políticas, porém, não são diferenciadas as responsabilidades pela proposição, análise e decisão, nem é formalizado o encaminhamento da solicitação. Na política da UFSC, não foram identificadas orientações específicas para o tratamento de termos novos. Além dessa denominação, foram identificadas as expressões *descritor*, *cabeçalho de assunto*, *termo autorizado* e *autoridade*, associadas à análise, ao registro ou à inclusão de termos.

A análise evidenciou, portanto, três níveis de explicitação: processos formalizados em quatro políticas; orientações parciais em seis; e ausência de orientação específica em uma. A principal diferença entre esses níveis reside na articulação institucional das atividades, dos instrumentos, dos responsáveis e das instâncias decisórias.

A caracterização de um termo como novo nas políticas analisadas não significa necessariamente que o conceito seja emergente. Esse resultado converge com o estudo sobre o MeSH, no qual apenas cerca de 25% dos novos descritores incorporados entre 2006 e 2020 correspondiam a conceitos emergentes (Nentidis; Krithara; Tsoumakas; Paliouras, 2021).

Os dados registrados nos formulários relacionam-se ao controle de variantes e ao estabelecimento de relações hierárquicas e associativas (Lancaster, 2004, p. 19-20), além de contemplarem dimensões terminológicas, conceituais e gerenciais da revisão dos vocabulários (Ferreira; Maculan, 2020). A articulação entre pesquisa, análise, decisão e registro integra a gestão e a manutenção das linguagens documentárias (Moreira; Boccato, 2013). Nesse sentido, a explicitação desses elementos nas políticas reduz a margem para decisões individuais e favorece a consistência da linguagem de indexação (Brum; Maculan, 2024; Fujita; Santos, 2016; Gomes; Lima, 2021).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo identificar como as políticas de indexação de bibliotecas universitárias abordam o tratamento de termos novos. Em resposta à questão de pesquisa, constatou-se que essas políticas apresentam diferentes níveis de explicitação e articulação dos procedimentos, instrumentos, responsáveis e instâncias decisórias. A ausência de orientações claras amplia a margem para decisões individuais e pode comprometer a padronização do vocabulário institucional, reforçando a importância das políticas de indexação para a gestão terminológica (Fujita; Santos, 2016; Gomes; Lima, 2021).

Como contribuição, o estudo dá visibilidade a uma atividade ainda pouco explorada na literatura da área. Assim, recomenda-se que as bibliotecas universitárias elaborem, atualizem e disponibilizem suas políticas de indexação, explicitando etapas, critérios, fontes, responsáveis, instâncias decisórias, instrumentos e formas de registro da inclusão de termos novos. Essas orientações podem integrar as políticas ou documentos complementares, desde que estejam identificadas e articuladas.

O levantamento identificou poucos estudos sobre a inclusão de termos novos em vocabulários institucionais e número reduzido de políticas disponíveis em acesso aberto. Como contribuição, o estudo sistematiza elementos e formas de formalização desse processo, podendo subsidiar a definição de orientações institucionais mais claras e apoiar as decisões dos profissionais responsáveis por essa atividade nas bibliotecas universitárias.

O estudo limitou-se a políticas de indexação disponíveis em acesso aberto. Assim, pesquisas futuras poderão investigar documentos, instrumentos e procedimentos internos não disponibilizados publicamente, bem como sua aplicação prática no tratamento de termos novos e seus efeitos sobre a consistência da indexação. Poderão, ainda, examinar as práticas profissionais e os critérios e decisões que subsidiam a inclusão de termos novos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Bruno. Terminologia e organização do conhecimento: linguagens, vocabulários e sistemas. **Linha d'Água**, São Paulo, v. 34, n. 2, p. 26-46, maio/ago. 2021. Disponível em: https://revistas.usp.br/linhadagua/pt_BR/article/view/188258/175479. Acesso em: 7 set. 2026.

ALMEIDA, Patrícia Ofélia Pereira de. Aparecimento e descontinuidade de termos: um resgate histórico em periódicos de Ciência da Informação. *In*: ISKO Brasil, 7., 2023, Londrina. **Anais** [...]. Londrina: ISKO Brasil, 2023. Disponível em: https://www.brapci.inf.br/v/433250. Acesso em: 3 set. 2026.

ARAÚJO, Mariângela de. A terminologia das Ciências Naturais: entre a novidade e a antiguidade. **Filologia e Linguística Portuguesa**, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 191-208, jan./jun. 2014. Disponível em: https://revistas.usp.br/flp/pt_BR/article/view/83498. Acesso em: 3 set. 2026.

BARROS, Gabriel da Silva. "Avaliação" e "seleção" na Arquivologia brasileira: entre o conceito e o termo. **Informação Arquivística**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 121-134, jan./jun. 2025. Disponível em: https://www.aaerj.org.br/ojs/index.php/informacaoarquivistica/article/view/151. Acesso em: 3 set. 2026.

BENVENISTE, Émile. Gênese do termo "scientifique". *In*: BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral II**. Tradução Eduardo Guimarães. Campinas, SP: Pontes, 1989. p. 252-258.
BRUM, Lilian Morais; MACULAN, Benildes Coura Moreira dos Santos. Política de indexação como recurso de gestão de unidade de informação. **Ciência da Informação Express**, Lavras, v. 5, p. 1-21, 2024. Disponível em: https://cienciadainformacaoexpress.ufla.br/index.php/revista/article/view/107. Acesso em: 7 set. 2026.

CRUZ, Maria Carolina Andrade; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. O uso de linguagem de indexação por bibliotecas universitárias brasileiras. **Informação & Informação**, Londrina, v. 26, n. 1, p. 574-600, jan./mar. 2021. Disponível em: https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/39542. Acesso em: 7 set. 2026.

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. **Dicionário de biblioteconomia e arquivologia**. Brasília: Briquet de Lemos, 2008. Disponível em: https://repositorio.unb.br/handle/10482/34113. Acesso em: 7 jun. 2026.

FERREIRA, Ana Carolina; MACULAN, Benildes Coura Moreira dos Santos. Metodologias para revisão e atualização de tesauros: mapeamento da literatura. **Informação & Informação**, Londrina, v. 25, n. 1, p. 229-253, jan./mar. 2020. Disponível em: https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/download/36259/pdf/193562. Acesso em: 7 set. 2026.

FERRIS, Anna M. Birth of a subject heading. **Library Resources & Technical Services**, [*s. l.*], v. 62, n. 1, p. 16-27, jan. 2018. Disponível em: https://journals.ala.org/index.php/lrts/article/view/6555. Acesso em: 3 set. 2026.

FUJITA, Mariângela Spotti Lopes; SANTOS, Lucilene Batista Pereira dos. Política de indexação em bibliotecas universitárias: estudo diagnóstico e analítico com pesquisa participante. **Transinformação**, Campinas, v. 28, n. 1, p. 59-76, jan./abr. 2016. Disponível em: https://periodicos.puc-campinas.edu.br/transinfo/article/view/6015. Acesso em: 20 abr. 2026.

FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. Linguagem de indexação para bibliotecas na perspectiva da política de indexação. In: FUJITA, Mariângela Spotti Lopes; MOREIRA, Walter. **Manual do planejamento, construção e manutenção do Tesauro UNESP para bibliotecas**: do conceitual à práxis. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2021. p. 17-50. Disponível em: https://ebooks.marilia.unesp.br/index.php/lab_editorial/catalog/download/234/2142/3626?inline=1. Acesso em: 6 jun. 2026.

GOMES, Rainner Finelli; LIMA, Gercina Ângela de. Importância da política de indexação para as unidades de informação. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 27, n. 1, p. 210-236, jan./mar. 2021. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/103507/0. Acesso em: 20 abr. 2026.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves; FERREIRA, Graziela Martins; FREITAS, Maria Fabiana Meneguelli. Correntes teóricas do tratamento temático da informação: uma análise de domínio da presença da catalogação de assunto e da indexação nos congressos de ISKO-España. *In*: CONGRESO ISKO ESPAÑA, 10., Ferrol, 2011. **Anais** [...]. Ferrol: Universidade da Coruña, 2011. p. 181-194. Disponível em: http://hdl.handle.net/2183/11647. Acesso em: 20 abr. 2026.

GUNASEKERA, Damayanthi. Authority control: sharing cataloguing experiences practiced at the Open University of Sri Lanka Library. **Journal of the University Librarians**, [*s. l.*], v. 22, n. 2, p. 56-73, jul. 2019. Disponível em: https://jula.sljol.info/articles/10.4038/jula.v22i2.7937. Acesso em: 6 jun. 2026.

LANCASTER, Frederick Wilfrid. **Indexação e resumos**: teoria e prática. 2. ed. rev. e atual. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2004. Disponível em: https://brapci.inf.br/v/346512. Acesso em: 20 abr. 2026.

MOREIRA, Anderson das Neves; BOCCATO, Vera Regina Casari. Avaliação qualitativa-sociocognitiva do processo de gestão de linguagens documentárias de bibliotecas universitárias. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 25., 2013, Florianópolis. **Anais** [...]. Florianópolis: FEBAB, 2013. p. 1-16. Disponível em: https://portal.febab.org.br/cbbd2019/article/view/1388/1389. Acesso em: 7 set. 2026.

NATIONAL INFORMATION STANDARDS ORGANIZATION (NISO). **ANSI/NISO Z39.19-2005 (R2010)**: guidelines for the construction, format, and management of monolingual controlled vocabularies. Bethesda, MD: NISO Press, 2010. Disponível em: https://www.niso.org/publications/ansiniso-z3919-2005-r2010. Acesso em: 7 jun. 2026.

NAUMIS-PEÑA, Catalina; SUÁREZ-SÁNCHEZ, Adriana; GUADARRAMA-SÁNCHEZ, Hugo Alberto; GRANADOS-AMAYA, Hazlem. Library and Information Science: analysis of the new terms. *In*: INTERNATIONAL ISKO CONFERENCE. 17., Baden-Baden. **Anais** […]. Baden-Baden: Ergon Verlag, 2022. p. 219-232. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/360742315_Library_and_Information_Science_Analysis_of_the_New_Tterms. Acesso em: 3 set. 2026**.**

NENTIDIS, Anastasios; KRITHARA, Anastasia; TSOUMAKAS, Grigorios; PALIOURAS, Georgios. What is all this new MeSH about? Exploring the semantic provenance of new descriptors in the MeSH thesaurus. **International Journal on Digital Libraries**, [*s. l.*], v. 22, p. 319-337, 2021. Disponível em: https://arxiv.org/abs/2101.0829. Acesso em: 3 set. 2026**.**

SILVA, Rafaela Carolina da; BRITO, Jean Fernandes. Proposta de um manual de indexação para bibliotecas universitárias. **Informação@Profissões**, Londrina, v. 7, n. 1, p. 92-113, jan./jun. 2018. Disponível em: https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/infoprof/article/view/33557/0. Acesso em: 3 set. 2026**.**